

CANÇÕES DE PROTESTO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Resumo

Esse artigo tem por objetivo entender o fenômeno da divulgação e recepção do público sobre as músicas de protesto durante a Ditadura Militar Brasileira. Para esse fim, foram realizadas pesquisas com caráter bibliográfico, analisando e interpretando artigos previamente realizados sobre o tema em destaque, sintetizando ideias sobre contextualização histórica, músicas de protesto e a recepção e divulgação quanto ao público. Encontra-se por fim que as músicas de protesto representavam um importantíssimo meio de combate contra a Ditadura Militar.

Palavras-Chave: *Música de protesto; Chico Buarque; Terrorismo cultural; Censura; MPB.*

➤ Introdução

Durante todo o meu histórico escolar estive em contato com o tema da ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964, durando 21 anos até a completa abertura política. Esse assunto sempre despertou meu interesse, visto que vivo em uma época não tão ditante dessa, mas onde exercemos nossa cidadania em um regime democrático, o que não ocorreu na época. Juntamente com o trabalho recente da Comissão da Verdade, as informações se tornam mais acessíveis aquele período histórico, possibilitando maior entendimento sobre o que era ocorrido (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Atualmente existem diversas manifestações populares que reivindicam uma intervenção militar a fim de reajustar o perfil político do país (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015). Não me aprofundando nesse tema atual, uso-o como motivante para trabalhar sobre o tema proposto.

A ditadura civil-militar no Brasil foi justificada pelo combate ao avanço de forças comunistas dentro do país, após acusações de que o então presidente João Goulart partilhava dessa ideologia, visto que propunha reformas gerais, como exemplo, a agrária. As classes altas e médias se encontravam descontentes desde o início do mandato de Jânio Quadros, quando o governo estava marcado pela corrupção e setores nacionais se encontravam estagnados, sem que houvesse melhorias por parte desse presidente. Sob pressão, Jânio Quadros renuncia, deixando o cargo para o vice-presidente, João Goulart. Portanto, os extratos mais abastados da sociedade brasileira encontravam-se desfavorecidos. Com a possibilidade de assumir o governo, há o aberto planejamento de Golpe Militar. Esse não teria sido efetivo se não fosse apoiado por civis, e por essa razão assim chamamos a ditadura de civil-militar.

Logo restringe-se diversos direitos, como de livre expressão, que será o mais abordado nesse trabalho. Houve uma escancarada abertura para economias internacionais. Diversas empresas transnacionais abrem instalações no país. Indiretamente, acaba-se importando uma cultura internacional, que afetará boa parte da indústria cultural no Brasil. No ramo da música, ainda havia forte presença do hoje conhecido por MPB (Música Popular Brasileira). Muitas vezes ocorria a suspensão da divulgação de uma determinada música, pois caracterizava uma crítica direta ao regime.

Frente à forte repressão a supostos opositores ao regime militar, procura-se um meio indireto de criticar aquele momento político. Usando-se principalmente de figuras de linguagem, consegue-se burlar, muitas vezes pela música, os sensores, havendo a ampla divulgação de canções que continham fortes críticas ao governo de forma escondida. Assim, a música consolida-se como um dos métodos mais importantes no combate por direitos, marcando a luta pelo fim da ditadura militar. (JACONI, 2011)

Caracterizando essa mídia como meio essencial para o alcance da democracia no Brasil, é interessante o estudo desse fenômeno nessa época. Dessa forma, busca-se responder com essa pesquisa duas questões principais: como ocorria a divulgação dessas músicas? Como essa era recebida e afetava o público?

Dessa forma, esse artigo tem por objetivo entender o fenômeno da divulgação e recepção do público sobre as músicas de protesto durante a Ditadura Militar Brasileira. Como objetivos específicos, temos essencialmente a pesquisa e análise de documentos bibliográficos que tratem do tema em destaque.

➤ Metodologia

Por se tratar de um assunto essencialmente histórico, a pesquisa tem cunho bibliográfico, com a leitura de diversos artigos científicos através da internet. A seleção dos artigos foi realizada criteriosamente pela leitura, identificando se este se adequava ao tema proposto. Com os artigos já selecionados, realizou-se a análise desses documentos. A análise foi feita através da interpretação e compilação das ideias dos diferentes autores, com a finalidade de compor um único texto que contenha ideias complementares relacionadas entre si.

Conseguido toda a bagagem necessária para a realização do estudo, o trabalho foi dividido em três grandes tópicos, sendo eles contextualização histórica, músicas de protesto e canções de protesto na ditadura. Essa divisão foi feita em visão de um melhor entendimento do tema, seguindo um processo lógico que facilite o entendimento sobre as questões propostas no objetivo e na introdução.

➤ Resultados

Como dito acima, o resultado do trabalho foi dividido em três tópicos de análise, que serão expostos a seguir. Cada um desses tópicos busca explicar fatos importantes para o entendimento tanto da ditadura militar brasileira, quanto da influência das canções de protesto.

Contextualização Histórica

No dia 31 de janeiro de 1956, o cargo da presidência da república brasileira era conferida ao eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo como vice presidente João “Jango” Goulart. Durante toda a sua campanha eleitoral discursava sobre a modernização e industrialização do país, sendo comumente visto como uma imagem de inovação, o que viria a garantir grande parte do seu apoio e confiança da população.

O Brasil, nessa época, se encontrava essencialmente agrário. De reduzida urbanização e importância da indústria na composição do PIB, Juscelino se depara com a necessidade de desenvolver o país nessas áreas. Como apresentado por Bresser-Pereira (2003), o desenvolvimento só seria alcançado com o devido planejamento, que só viria a existir durante o mandato de Juscelino Kubitschek.

“Todo desenvolvimento ocorrido até então fora realizado sem maior planejamento, ao sabor de estímulos externos que se casavam com a manutenção e crescimento da demanda interna. Os investimentos em infraestrutura não acompanharam o ritmo acelerado desse desenvolvimento, apresentando-se como verdadeiros pontos de estrangulamento da economia”. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p.54).

As propostas apresentadas pelo presidente eram desenvolvidas em conjunto com um órgão criado para o desenvolvimento, justificativa e análise de projetos de industrialização e urbanização, chamado Conselho de Desenvolvimento Econômico. Posteriormente, este seria responsável pela implementação do Plano de Metas, que quebrou o sentimento de desconfiança e incerteza sobre esse modelo político.

O Plano de Metas consistia em uma série de objetivos sobre desenvolvimento a serem alcançados em cinco principais setores durante o governo Kubitschek. As áreas em destaque eram energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. Propõe então o “50 anos em 5”, lendo-se: 50 anos de desenvolvimento em apenas 5.

Para seguir tais propostas, abre-se a economia nacional ao exterior, de forma com que diversas empresas industriais internacionais viriam a instalar setores no país. Um dos grandes destaques que se apresenta é a entrada da indústria da automobilística Volkswagen no país, que viria a revolucionar o mercado de automóveis no país. Como pode ser visto na figura 1, foram realizadas propagandas que incentivavam a política de abertura econômica do governo Juscelino Kubitschek.



Figura 1: Propaganda da empresa Volkswagen no Brasil em 1958.
Fonte: (REZENDE, 1958)

Essa abertura acabou por causar diversos problemas, principalmente por ter ocorrido de uma forma extremamente acelerada. A extrema entrada de capital estrangeiro, sem um desenvolvimento de uma indústria nacional de força, elevou a inflação a níveis extremamente altos. Segundo Sartori (2014), a política de financiamento do Plano de Metas geraria um amplo aumento da dívida externa nacional, o que agravaria a situação inflacionária. Como decorrência, o panorama de investimentos foi debilitado, prejudicando a captação de fundos que serviriam de financiamento do Plano de Metas, colocando o programa em crise. Desenvolvem-se agitações sociais, segundo Skidmore (2010), nas quais as pessoas passaram a combater por um salário equiparado ao aumento inflacionário, o que não ocorreu.

Juscelino vê então a oposição crescer. Frente à incontrolável situação, as eleições de 1960 deram o poder ao candidato da UDN (oposição) Jânio Quadros. Esse era caracterizado pelo seu discurso alegórico, podendo ser considerado populista, apelando pelo apoio popular, principalmente de classes média e média baixa, que procuravam por um governo eficiente e honesto.

“Ele parecia encarnar as esperanças da classe média, que queria governos dinâmicos mas honestos; ao mesmo tempo, tinha apelo para a classe operária, que o achava um líder carismático com evidente preocupação de distribuir os benefícios econômicos para os de baixo”. (SKIDMORE, 2010, p. 228).

Como principal proposta de governo, Jânio Quadros trazia a eliminação da corrupção de dentro dos poderes estatais, anunciado pelo jingle “Varre vassourinha” acompanhada do ícone da vassoura, que carregava para os debates presidenciais.

Ao assumir o poder, Jânio não consegue realizar suas propostas. Frente à crise instaurada pelo governo anterior, todas as poucas tentativas de retardamento da inflação são fracassadas. Não consegue solucionar o problema da corrupção, visto que essa proposta de eliminação do problema é vista essencialmente como utópica. Com dificuldades de negociação, acaba isolando-se dentro da política nacional. Leis de caráter mínimo passam,

não representando mudanças significativas ao panorama político, social ou econômico do país.¹

Encontrando-se sem apoio, Jânio renuncia, alegando uma suposta movimentação ilegal que projetava derrubá-lo do poder, acusação que nunca foi confirmada. Acredita-se que pretendia conseguir algum apoio ao apelar pela comoção nacional, porém isso não ocorreu, evidenciando a falta de credibilidade do povo perante seu governo, como apontado por Sartori (2014).

Assume então o vice-presidente João Goulart, mais conhecido como “Jango”, representante do partido PTB, de esquerda. Recebe a notícia da renúncia enquanto estava em viagem com finalidade de estudo político pela China, onde era vigente o governo comunista na época. Esse fato conferiu uma inicial associação do sistema comunista à imagem do novo presidente.

João Goulart acreditava que as crises econômica e política se solucionariam com a realização de profundas reformas nessas áreas. Acaba se tornando próximo da classe operária ao garantir maiores direitos e melhorando a situação salarial.

Apresenta então o projeto de reforma agrária, que conquista um amplo público de apoiadores. Logo se constata que seria impossível a reforma agrária ocorrer caso não acontecessem mudanças na constituição, que precisavam de 2/3 do congresso para aprovação, nunca conquistados.

Frente à um receio por parte de classes mais abastadas do avanço comunista no Brasil, cria-se um espaço no cenário político brasileiro onde é requisitado um golpe militar que viria a derrubar o poder de João Goulart. A perda de apoio por parte dessas classes é apresentada por Mario Grynspan (1996):

“Diante das resistências, o governo passou a pressionar o Congresso de modo firme, juntamente com os movimentos sociais, que demandavam reforma agrária “na lei ou na marra”. Foi nesse jogo de pressões que João Goulart anunciou, em 13 de março de 1964, no Comício das Reformas, realizado no Rio de Janeiro, a desapropriação de terras localizadas às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas. Ao invés de resultarem na aprovação da reforma, contudo, os atos do governo aprofundaram a ruptura com grupos de centro que lhe davam suporte, como o Partido Social Democrático (PSD), abrindo caminho para o golpe de 1964.”(LESSER,1995)

Há uma movimentação civil, principalmente de classes média alta e alta que incentivava uma intervenção militar que derrubasse “Jango” do poder. Assim, com o interesse de partes do órgão militar em conseguir poder, ocorre o aberto planejamento de golpe militar, que viria a ocorrer no dia 1 de abril de 1964.

Já no dia 11 do mesmo mês, o Congresso Nacional ratificou a indicação do militar Castello Branco, com o discurso inicial de que a ditadura tinha caráter corretivo e temporário, a fim de eliminar as ameaças, principalmente comunistas, que colocariam em perigo o governo do país.

Como instrumento de repressão a opositores, inaugurou os chamados Atos Institucionais, que inicialmente fecharam associações civis, proibiram greves, intervieram em sindicatos e cassaram mandatos de políticos.

¹ A nível de curiosidade, as leis que Jânio Quadros conseguiu aprovar foram de proibição de Brigas de Galo, proibição do uso de biquínis por mulheres em praias e o uso de lança-perfume.

Com a secessão de candidatos a cada 4 anos, ação que tentava criar a ilusão de que vivia-se em uma democracia, associada ao fato de que eram eleitos pelo congresso, mesmo que sendo candidatos únicos, foi instaurada uma chamada “Linha Dura”. Esse método de governo era caracterizado por um extremamente forte autoritarismo.

Criam-se organismos de controle de mídias, impedindo a transmissão de informações que seriam ideologicamente divergentes do sistema de governância. Como apresentado por Dulce Pandolfi (1999), a executada pela CONTEL, dirigida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Era feito o censuramento de filmes, reportagens, programas televisivos, transmissões de rádio, fotos, e artes em geral.

A 13 de dezembro de 1968 é aderido à constituição o Ato Institucional Número 5. Suas principais diretrizes eram a suspensão de votos sindicais, proibição de atividades e manifestações de caráter político, suspensão do direito de *Habeas Corpus* para crimes políticos e garantindo ao Estado o poder de vigiar a vida privada, proibição do frequentamento de determinadas localidades e a vivência em domicílios determinados.

Nesse instante a ditadura se apresenta escancarada, com prisões arbitrárias de civis, praticando atos de tortura física e psicológica para que fossem obtidas informações de movimentações contrárias ao Estado, havendo exilamentos, auto-exilamentos e diversas mortes não justificadas pelo governo.

Portanto, torna-se inviável as técnicas de expressão convencionais acerca da desaprovação perante o governo. Utiliza-se então de técnicas de guerrilha, caracterizando uma guerra indireta ao sistema político vigente.

Músicas de protesto

A música foi um dos principais meios de comunicação utilizados para realizar-se a crítica sobre o governo ditatorial. Eram utilizadas as figuras de linguagem para dizer o que era proibido ou que fosse censurado. Muitas vezes era requerida uma profunda interpretação para que fosse entendida a crítica em letras de músicas, passando pelos censores e sendo veiculadas em rádios e festivais de música, principalmente os de MPB² (Música Popular Brasileira). Esse ato de “dizer sem ser dito” é o que viria a ser denominado por Alceu Amoroso de Lima (ALVES, 1985) de “Terrorismo Cultural”.

Os festivais de Música Popular Brasileira eram eventos realizados principalmente com parceria de grandes redes televisivas, como TV Record e Rede Globo, abrindo para participação de compositores e performistas que desejavam expor suas músicas ao público. Os grandes nomes desses festivais que foram carregados pelo público foram principalmente Elis Regina, Chico Buarque de Holanda, Geraldo Vandré, Gilberto Gil e Caetano Veloso.

Para efeito de análise, toma-se a apresentação da música que ocupou o terceiro lugar no III Festival de Música Popular Brasileira, 1967, composta por Chico Buarque de Holanda (DOUGAN, 2015), chamada “Roda Viva”, para interpretação.

“Tem dias que a gente se sente/ Como quem partiu ou morreu/ A gente
estancou de repente/ Ou foi o mundo então que cresceu/ A gente quer ter

² Vale ressaltar que a MPB acaba sendo consolidada com esse teor de protesto, derivando de uma segunda geração do gênero Bossa Nova, diferenciado principalmente pelo caráter político que apresentava.

voz ativa/ No nosso destino mandar/ Mas eis que chega a roda-viva/ E carrega o destino pra lá” (CHICO COM MPB-4, 1967)

A primeira estrofe da música “Roda Viva” apresenta uma crítica muito forte contra a ditadura. É notável que o eu-lírico sente-se desorientado, sem saber qual rumo tomar. Não tem certeza ainda se o seu sentimento é fruto subjetivo dele ou das perspectivas do mundo ao seu redor. Desgostoso, logo identifica que existe algo de errado que o impede de ter a sua própria voz, seus próprios desejos. Se ele deseja ser dono do próprio destino, o perde no momento em que a “roda-viva” chega.³

Podemos depreender dessa análise que o compositor estava se referindo principalmente à liberdade de expressão que havia sido negada ao povo quando foi instaurada a Ditadura Militar. Não era mais possível expressar os próprios pensamentos, expressar seus desejos. O controle do indivíduo não é mais próprio, mas sim de um organismo estatal. Justifica dessa forma o seu sentimento negativo.

No decorrer da música, o eu-lírico inicia as estrofes apresentando os seus desejos genericamente caracterizados como de resistência. Porém, sempre ao final da estrofe, carrega os mesmos dois versos últimos versos da apresentada (“Mas eis que chega a roda-viva/ E carrega o destino pra lá”). Ou seja, sempre surge as restrições do governo em questão impedindo ou reprimindo aquilo que era desejado pelo compositor.⁴



Figura 2: Apresentação da música “Roda Viva” no III Festival de Música Popular Brasileira
Fonte: (ALCANTARA, 1967)

Pode-se associar à letra da música a expressão corporal que os músicos apresentaram durante a apresentação nesse festival, como pode ser visto na figura 2. Segue o padrão que foi exposto, intercalando a voz do personagem principal, que expressa seus desejos, com a

³ Outra interpretação possível seria a atribuição de uma característica metalinguística a esse trecho, onde o compositor/eu-lírico diria que estava fazendo música porque não tinha outra alternativa para como se expressar.

⁴ Neste momento é interessante dizer que é possível a interpretação do eu-lírico como sendo a representação de um todo. Uma única voz que estaria a representar todos aqueles que se sentiam do mesmo modo. No contexto em questão, esses seria toda as classes reprimidas pelo Estado.

repentina repreensão dos outros participantes, representando aqueles, em considerável força, que suprimem esses ecos de desaprovação quanto ao regime.

Como pode-se ver, essa foi uma técnica muito eficiente de mobilizar o público e transmitir pensamentos acerca de combate contra o Estado, despistando os censores dos órgãos de fiscalização. Torna-se então um meio de combate indireto, principalmente difundindo ideologias.

Canções de protesto na Ditadura

Diante desse panorama de forte repreensão sobre os que tentavam contestar o governo, com a supressão e desaparecimento de espaços públicos, a música se torna um dos principais meios de socialização. Delimita-se então a grande fama dos festivais de música.

A divulgação desses festivais são feitos por meio da televisão, se tornando uma importante empresa cultural (LATTMAN-WELTMAN, 2003). Já Napolitano (2001) apresenta um estudo do crescente relacionamento entre público, MPB e o desenvolvimento da indústria de comunicação de massas:

O público massivo do rádio, nos anos 50, formado pelos extratos mais baixos da classe média e pelos segmentos mais populares, foi em parte incorporado pela “moderna” MPB. Esse segmento do público não teve o seu gosto marcado pelo impacto da bossa nova, permanecendo ligado ao samba tradicional e às canções românticas ao estilo dos anos 50. A partir de 1965, parte da MPB se abriu para esse gosto musical mais tradicional, ampliando seu público. Uma audiência que, inicialmente, teve contato com a MPB por meio da televisão para, no início dos anos 70, ser incorporada pelo mercado fonográfico propriamente dito. (NAPOLITANO, 2001)

Determinados organismos de esquerda desprezavam essa inserção, alegando que se tratava de uma mera cooperação com o sistema de controle capitalista. Porém, outra parte significativa acreditava que se tratava de uma técnica legítima de combate ao passo que se trata de um meio importante como instrumento de conscientização social.

Assim, se apresentando como um meio efetivo de divulgar e transmitir certa ideologia, sendo um dos únicos meios que tal necessidade poderia ser atingida, a música de protesto se difunde, atingindo boa parte da população nacional. A música de combate se torna parte do vocabulário e repertório social, associando-se ao imaginário de resistência.

A partir do momento que generaliza-se a música de protesto, conhecemos a canção de protesto, que nada mais é do que o canto popular por reivindicações. A população ganha poder conforme o regime se sente ameaçado com a pressão exercida por essa técnica de guerrilha. Enraíza-se a cultura de contestação, o que força o governo a tomar medidas mais drásticas, porém que se apresentam ineficientes, apenas perdendo credibilidade conforme os anos seguintes se passaram.

Ainda assim, o regime ainda iria perdurar até o ano de 1985, completando 21 anos de limitação da liberdade de expressão. O povo encontrou seu método de suprir esse direito, essa necessidade, indo além, combatendo aquele que interferia em seus direitos primordiais.

➤ Considerações Finais

Considero que o trabalho aqui realizado cumpriu com os seus objetivos, ao passo que foi compreendido o fenômeno da recepção e divulgação das músicas de protesto durante a Ditadura Militar Brasileira. A análise das pesquisas foi bem realizada, respondendo as perguntas apresentadas ao início do trabalho. Quanto à pesquisa realizada, foi realizada com caráter bibliográfico, encontrando material de qualidade para que fosse executada a realização da análise. Não houveram grandes dificuldades na realização do trabalho, apenas tomando uma quantidade considerável de tempo para a escrita dos resultados. visto que foi necessária uma análise de uma grande quantidade de material encontrado, que foi selecionado posteriormente. Fico interessado e incentivo maiores pesquisas que aprofundem mais o tema, pois ainda não existe conhecimento completo da época que foi estudada e entendendo melhor o contexto social em destaque.

➤ Referências

ALCANTARA, Joaquim de. *III Festival de Música Popular Brasileira*: Roda Viva. 1967.

ALVES, Maria Helena Moreira. *State and opposition in military Brazil*. No. 63. Texas: University of Texas Press, 1985. 368p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003. 465p.

CHICO COM MPB-4. *Roda Viva*. Intérpretes: Aquiles Rique Reis, Antônio José Waghaby Filho, Chico Buarque de Holanda, Milton Lima dos Santos, Ruy Alexandre Faria. São Paulo: Teatro Paramount: III Festival de Música Popular Brasileira. 1967.

DOUGAN, John. *Chico Buarque*: Artist Biography. Janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.allmusic.com/artist/chico-buarque-mn0000095613/biography>. Acesso em: 28 de abr. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Caderno Poder*: Protestos no Brasil: Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país. Março de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>. Acesso em: 28 de mar. 2015.

LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito. Editora Imago, 1995. Resenha de: GRYNSZPAN, Mario. Resenha de O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol.3, no.3, Nov. 1996.

JACONI, Ronise. *A Música de Chico Buarque de Hollanda na Ditadura*: A leitura das músicas compostas por Chico Buarque durante a ditadura militar no Brasil. 2011. 26 p. TCC (Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras. – FAINAM (Faculdade Interação Americana), 2011.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e Transição democrática no Brasil. In: LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Mídia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. *Estudos Históricos: A arte engajada e seus públicos* (1955/1968). 28 ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Acervo: Tópicos: Ditadura Militar*. 2014. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,ditadura-militar,875,0.htm>. Acesso em: 28 de mar. 2015.

PANDOFILI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345p.

REZENDE, Jesssica. *Juscelino e a volkswagen*. 1958.

SARTORI, Edoard Stevan dos Santos. *O Período Pré-Ditadura: De Jétúlio a Goulart*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2014.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*; tradução Berilo Vargas. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2010.